



17939921



08011.000046/2017-68



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria-Executiva
Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional

Memória de Reunião
Comitê de Governança Estratégica - CGE

DATA: 31/03/2022	
LOCAL: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ed. Sede, Sala de Retratos	
PARTICIPANTES	ÓRGÃO
Marcos Paulo Cardoso Coelho da Silva	GM
Antônio Ramirez Lorenzo	SE
Washington Leonardo Guanaes Bonini	SE
David de Lima Freitas	SPO
Rogério Xavier Rocha	SAA
Rodrigo Lange	DTIC
Cláudio Antônio de Almeida Py	AECI
Renata Souto	AFEPAR
Ricardo de Paula Ribeiro	AEAL
Lauro de Castro Beltrão Filho	ASINT
Giselli dos Santos	CONJUR
Ana Cristina Melo Santiago	SEGEN
Bruno Andrade Costa	SENAJUS
Rodrigo Henrique Roca Pires	SENACON
Paulo Gustavo Maiurino	SENAD
Carlos Renato Machado Paim	SENASP

Braulio do Carmo Vieira de Melo	SEOPI
Tânia Maria Matos Ferreira Fogaça	DEPEN
Márcio Nunes de Oliveira	PF
Silvinei Vasques	PRF
Ricardo Borda D'agua de Almeida Braga	AN
Rodrigo Alves	FUNAI

PAUTA:

1. Abertura;
2. Considerações iniciais e pauta da reunião;
3. Monitoramento do Planejamento Estratégico 2020-2023: DEPEN, SENACON e SENAJUS;
4. Informe SEA;
5. Informe SPO/SE;
6. Informe SAA/SE;
7. Informe AECl; e
8. Encaminhamentos.

DELIBERAÇÕES

1. A reunião do Comitê de Governança Estratégica – CGE foi iniciada pelo Secretário-Executivo, Sr. Antonio Ramirez Lorenzo. Cumprimentando a todos os presentes, reforçou que as reuniões do CGE ocorrem toda última quinta-feira do mês, às 10h, e a necessidade de previsibilidade e organização das agendas dos titulares para comparecimento, sendo avisado previamente sempre que houver alteração. Frisou, ainda, que as reuniões devem ser aproveitadas ao máximo como ambiente de tratativas estratégicas e relevantes das unidades para conhecimento de todos. Além disso, mencionou que após a reunião do CGE, o Ministro aproveitará o encontro das autoridades para direcionar as ações para os próximos meses. Agradeceu também aos titulares pela colaboração na semana da Segurança Pública, e apresentou, na sequência, a pauta a ser discutida.
2. Começando o monitoramento do Planejamento Estratégico, o Diretor de Inteligência Penitenciária do Departamento Penitenciário Nacional – Depen, Sr. Josélio Azevedo, discorreu sobre o projeto estratégico “Rede Nacional de Inteligência Penitenciária Nacional – RENIPEN”, que tem como objetivo aparelhar, integrar e fortalecer os órgãos de inteligência penitenciária no âmbito federal e estadual. De acordo com a fala do diretor, o Decreto nº 9.662/2019 deu à unidade condição de agência central da inteligência penitenciária nacional. Como principais ações estratégicas, o Departamento realizou visitas técnicas, ações de contrainteligência, ações de capacitação, apresentação dos serviços de tecnologia da informação e comunicação, encontros e seminários. Dentre as ações estratégicas, no segundo semestre de 2021, foram realizadas visitas técnicas em todas as 27 agências de inteligência penitenciária do país, com previsão de visitas novamente ao longo do ano de 2022. Enquanto unidade de inteligência, o Depen encontra-se presente nas 5 regiões do país (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul) em cada um dos Centros Integrados de Inteligência e Segurança Pública – CIISPRs, permitindo a atuação em Forças Tarefas do MJSP e da Polícia Federal – PF e nas Secretarias de Administração Penitenciária – SEAPs de todo o Brasil. O Sr. Josélio Azevedo mencionou ainda o projeto Modo Avião, voltado para a varredura eletrônica para detecção de celulares, lançado em

2021, a partir da disponibilização de equipamentos e de pessoal qualificado para realização dessas varreduras, com acompanhamento por vezes da PF. Sobre as ações de capacitação, em setembro de 2021 foi realizada a 1ª edição do Encontro Nacional das Agências de Inteligência Penitenciária – ENAIP, bem como o 1º Seminário Regional de Integração das Agências Penitenciárias, na região Sul, com previsão de ser realizado o seminário na região Sudeste no mês de maio de 2022. Comunicou que o Depen firmou Termo de execução Descentralizada – TED com a Universidade Federal de Santa Catarina para a realização do “Curso de Introdução a Atividade de Inteligência Penitenciária no modelo remoto”. Por fim, apresentou-se a situação do projeto RENIPEN, com o status adiantado (66,33% concluído, frente ao percentual de 63,27% previsto). Em seguida, o Coordenador-Geral de Cidadania e Alternativas Penais, Sr. Cristiano Tavares Torquato, falou sobre o indicador “pessoas privadas de liberdade envolvidas em atividades laborais”, que se encontra relacionado a ações e metas estratégicas do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030, além de fazer parte das recomendações do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Todas as diretrizes de política penitenciária no Brasil passam necessariamente pelo incentivo a empregabilidade da mão de obra da pessoa encarcerada e do egresso, evitando que o indivíduo se envolva novamente com a criminalidade. Os resultados obtidos até o momento estão abaixo da meta estabelecida, que foi diretamente impactada pela pandemia da Covid-19 e consequente *lockdown* nos estabelecimentos penitenciários, com a diminuição das empresas que operavam com a produção dentro do sistema penitenciário. De acordo com o *ranking* de pessoas encarceradas trabalhando, os estados que apresentam maiores números são Maranhão, Mato Grosso, Rondônia, Santa Catarina e Tocantins. O Sr. Cristiano Torquato aproveitou a oportunidade para falar rapidamente sobre o projeto de Implementação de Oficinas Produtivas Permanentes – PROCAP, com 43 convênios vigentes por todas as UF com oficinas de marcenaria, serraria, padaria e de blocos e tijolos ecológicos para fomentar o trabalho prisional. Destacou que uma das ações mais importantes que fomenta o trabalho do preso é o reconhecimento das empresas que contratam a mão de obra da pessoa presa. Nesse sentido, o Selo Resgata foi instituído no ano de 2017, e com o passar dos anos tem conseguido chamar atenção de empresas para contratarem presidiários no mercado formal de trabalho. Outra ação muito importante diz respeito aos seminários de fomento ao trabalho e renda, com participação do Depen, de gestores penitenciários, de empresas e bancos contratantes, de convidados de outras instituições (como o Conselho Nacional de Justiça e as Secretarias de Administração).

3. Em seguida, o Secretário Nacional do Consumidor, Sr. Rodrigo Henrique Roca, abordou sobre o projeto “Disponibilização do sistema Recall.gov.br”, que tem por objetivo promover o aprimoramento da gestão dos procedimentos de *recall* (campanhas de chamamento) no Brasil, que visam à correção de produtos inseguros inseridos no mercado de consumo, com implementação do Sistema Recall.gov.br. Assim, busca-se reduzir a burocracia e tornar intuitivo o fornecimento e a obtenção de informações a respeito dos *recalls* de produtos oferecidos ao consumidor no âmbito dos diversos agentes (públicos e privados) que operam no Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. O novo sistema está em fase de testes, sendo o último realizado em novembro de 2021, com a expectativa de implementação de nova fase ainda em abril. Mencionou que, em decorrência de mais de 80% das campanhas de *recall* no Brasil serem de montadoras de veículos, a Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores – ANFAVEA foi uma parceira na implementação dos testes, a partir de indicação de pontos focais das montadoras para realizarem avaliações acerca do novo sistema. Com relação ao indicador “Quantidade de vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas ao público externo”, o Sr. Rodrigo Roca informou que no âmbito da Escola Nacional de Defesa do Consumidor – ENDC, no primeiro trimestre de 2022, foram realizadas 13.585 inscrições em cursos. Foram lançados neste ano 5 cursos à distância: i) Capacitação ProConsumidor para Empresas; ii) Curso Previdência Privada para consumidores, desenvolvido em parceria com Superintendência de Seguros Privados no Distrito Federal – Susep e Ministério do Trabalho e da Previdência; iii) Curso sobre Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD; iv) Curso Mercado de Capitais, em parceria com a Comissão de Valores Imobiliários – CVM; v) ainda em fase de estruturação, curso sobre superendividamento, tema essencial em razão do advento da Lei nº 14.181/2021.

4. A última unidade a tratar sobre o monitoramento do planejamento estratégico foi a Secretaria Nacional de Justiça – Senajus, oportunidade em que o Secretário substituto, Sr. Bruno Andrade Costa, agradeceu, primeiramente, ao apoio dado pelo Gabinete do Ministro - GM e pela Secretaria-Executiva - SE aos projetos sob responsabilidade da Secretaria, bem como a atenção e relevância dada à pauta de Justiça. Na sequência, passou a palavra para a Diretora do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, Sra. Priscila Campêlo Macorin, para tratar sobre o projeto “Reestruturação da Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro – REDE-LAB”. O projeto encontra-se com 67,71% de execução, em situação satisfatória frente ao previsto (76,79%), e tem como objetivo fortalecer a Rede-Lab mediante disponibilização de tecnologias, banco de dados e qualificação adequadas, visando aumentar a eficiência dos laboratórios na execução dos procedimentos de análises e de tratamento de dados relacionados à lavagem de dinheiro e crimes conexos. Registrou que, atualmente, a rede conta com 52 laboratórios em todo o Brasil. Informou acerca da elaboração de nova portaria, sob análise da Consultoria Jurídica, que será o instrumento jurídico que possibilitará a Rede-Lab promover a articulação entre as unidades da rede, bem como de realizar adesões permanentes e temporárias. Os laboratórios tiveram sua origem a partir de uma meta estabelecida pela Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro – ENCCLA em 2006, sendo identificada a necessidade de reestruturação em 2019. Os princípios e as diretrizes dos laboratórios envolvem a normatização de conceitos, métodos, modelos e procedimentos; a identificação e disseminação de boas práticas; a articulação e a troca de experiência entre os diferentes laboratórios, inclusive do *modus operandi* da criminalidade organizada em cada região do país. Conforme apresentado pela Diretora, o projeto está baseado em três pilares – capacitação, disponibilização de tecnologias e banco de dados. Com apoio da Academia Nacional de Polícia Federal, cursos à distância têm sido redesenhados e remodelados, já que os profissionais que atuam em tais laboratórios ou no trabalho de repressão aos crimes de lavagem de dinheiro precisam de uma *expertise* muito específica e de uma constante atualização. Na ocasião, a Sra. Priscila Macorin agradeceu à Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp pela recente possibilidade de análise e consulta em lote dos dados do sistema Sinesp Infoseg, o que resultou na deflagração de 4 operações com intensa participação dos laboratórios. No pilar “banco de dados”, além do Infoseg e da estrutura de nuvem mencionada anteriormente, a Senajus solicitou 597 licenças do pacote *office*, número correspondente ao de servidores em todo o Brasil envolvidos nos laboratórios da Rede-Lab, sendo desenvolvimento um *sharepoint* em parceria de todos os membros dessa rede, de forma a otimizar os trabalhos nas diversas regiões do Brasil. Por fim, a Diretora do Departamento de Migrações, Sra. Lígia Lucindo, apresentou sobre o indicador “Solicitações de autorização de residência para fins laborais e de investimento decididas” e informou que as competências relacionadas à temática laboral do migrante passaram do Ministério do Trabalho para o MJSP, em 2019. Conforme o Decreto nº 9.199/2017, as autorizações de residência envolvem as hipóteses de: i) pesquisa, ensino ou extensão acadêmica; ii) trabalho ou oferta de trabalho; iii) na realização de investimento; iv) na realização de atividade de relevância econômica, social, científica, tecnológica ou cultural; v) prática de atividade religiosa; e vi) serviço voluntário. Informou também que a legislação atual acerca de migração laboral com autorizações de residência para fins laborais e de investimento no país conta com 45 resoluções normativas, dentre elas a Resolução CNIG MJSP nº 45, de 9 de setembro de 2021, no qual o Ministério foi muito congratulado pela ação em respeito aos nômades digitais - concessão de visto temporário e de autorização de residência para imigrante, sem vínculo empregatício no Brasil, cuja atividade profissional possa ser realizada de forma remota. As metas da migração laboral têm sido crescentes ao longo dos anos, sendo previsto para 2022 decidir 88% das solicitações de autorização de residência para fins laborais e de investimento, contabilizando os casos de resolução definitiva de processos. Por fim, enfatizou que as análises de peticionamentos foram otimizadas a partir da implementação do sistema MigranteWeb, no início de março, desenvolvido pela DTIC/MJSP.
5. Dando continuidade à pauta, o Secretário-Executivo Ajusto, Sr. Washington Leonardo Bonini, tratou sobre o fluxo de comunicação entre as unidades e a SE, a fim de aprimorar o alinhamento

estratégico das ações implementadas pelo MJSP.

6. No tocante aos assuntos orçamentários, o Subsecretário de Planejamento e Orçamento, Sr. David Freitas, informou sobre a publicação do Decreto nº 11.019, de 30 de março de 2022, que altera o Decreto nº 10.961, de 11 de fevereiro de 2022, e dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma de execução mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2022. Comunicou que o MJSP não sofreu contingenciamento, tendo 100% do limite de empenho disponibilizado para as unidades começarem, efetivamente, a realizar seus empenhos e instruírem suas execuções. Em 2021, a gestão do Secretário-Executivo à época, Sr. Márcio de Oliveira, foi recordista de execução do MJSP nos últimos 20 anos e a missão dada pelo atual SE, Sr. Antônio Lorenzo, é de superação do resultado obtido no exercício anterior, com foco na eficiência dos gastos e realização de efetivas entregas à sociedade. Assim, o Subsecretário pediu o comprometimento dos titulares, e destacou a importância de que no mínimo 70% do orçamento seja executado até julho de 2022. Na sequência, tratou da Lei nº 14.316, de 29 de março de 2022, que prevê a destinação de 5% dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP para ações de enfrentamento da violência contra a mulher, sendo obrigatório o recorte do orçamento ordinário pelas unidades para a referida destinação. Ainda, o Sr. David Freitas solicitou o apoio dos titulares das unidades no que diz respeito à criação das rubricas específicas para o desenvolvimento de ações voltadas à primeira infância e à mulher. Comunicou que até o dia 5 de abril de 2022 haverá janela orçamentária para que as unidades possam realizar adequação em seus respectivos orçamentos. Por fim, tratou sobre o Relatório de Gestão Integrado – Exercício 2021, já finalizado, agradecendo o apoio de todas as unidades que contribuíram para a elaboração do trabalho. Anunciou que o relatório será disponibilizado na página do Ministério, especificamente no portal de Transparência e Prestação de Contas, bem como que a versão final será encaminhada às unidades para conhecimento e identificação de eventuais ajustes a serem realizados.
7. Na oportunidade, o Sr. Antonio Lorenzo reforçou a importância da criação de ações orçamentárias para a Primeira Infância e para Políticas para as Mulheres. Cumprimentou, também, todas as unidades que ajudaram no Relatório de Gestão Integrado, enfatizando os importantes índices e resultados de 2021, considerados os dados oficiais do MJSP.
8. Seguidamente, o Subsecretário de Administração, Sr. Rogério Xavier, abordou sobre o projeto de racionalização e otimização dos espaços físicos, que tem como objetivo reorganizar a ocupação de espaços internos do edifício sede e dos anexos, com vistas ao aproveitamento dos espaços disponíveis, à padronização da ocupação das secretarias do MJSP e à adoção de condições normativas sobre a ocupação de imóveis institucionais para o Ministério, evitando assim a fragmentação de pedidos de *layout* e gerando maior economia de recurso e melhoria na qualidade dos ambientes laborais do órgão. Como estratégias de implementação, o Subsecretário propôs a realização do diagnóstico de ocupação dos espaços físicos dos edifícios do Ministério para identificação de áreas ociosas, criação do novo marco normativo, implantação do Programa de Gestão na instituição, readequação do Acervo Arquivístico, criação das áreas de manejo para execução de reformas e execução ordenada das intervenções a partir das áreas com maior ociosidade. Finalizando o informe da Subsecretaria de Administração – SAA, o Sr. Rogério Xavier abordou sobre as alterações da Portaria nº 508/2021, que estabelece medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da Covid-19 e o exercício de atividades por todos a força de trabalho do MJSP, que entrarão em vigor 30 dias após publicação.
9. Finalizando a pauta discutida na reunião, o Assessor Especial de Controle Interno, Sr. Cláudio Py, trouxe o informe sobre o gerenciamento de risco que, a partir do envio de Ofício às unidades, busca-se obter informações sobre o monitoramento das medidas mitigadoras estabelecidas, com prazo para envio até 30 de abril. Caso haja necessidade de alteração de datas de implementação, deverá ser apresentada, justificada e, posteriormente, submetida à aprovação do CGE.
10. Por fim, o Secretário-Executivo apresentou alguns encaminhamentos. O processo SEI de monitoramento para a coleta dos indicadores e atualização do andamento dos projetos será até o

dia 11 de abril. Reforçou a necessidade de acompanhamento do processo pelos dirigentes, visto que estes dados são utilizados como subsídio nos diversos instrumentos de prestação de contas, para cumprimento de demandas da Presidência da República e nos processos decisórios da alta gestão. Comunicou que, na próxima reunião do CGE, o monitoramento do Planejamento Estratégico 2020-2023 consistirá em: i) PRF: Projeto concluído “Alerta Brasil 3.0” e indicador “Taxa de acidentes graves em rodovias federais”; ii) SENASP: Projeto “Pró-Segurança” e indicador “Quantidade de normas técnicas publicadas de equipamentos de segurança com padrões mínimos de qualidade e desempenho”; iii) SEOPI: Projeto “Sistema Inteligente de Consciência Situacional” e indicador “Quantidade de Centros Integrados de Inteligência de Segurança Pública implantados”. Agradeceu a presença de todos, contando com a participação dos titulares no próximo encontro.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS RENATO MACHADO PAIM, Secretário(a) Nacional de Segurança Pública**, em 04/05/2022, às 18:33, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo de Sousa Alves, Usuário Externo**, em 05/05/2022, às 08:50, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Lange, Diretor(a) de Tecnologia da Informação e Comunicação**, em 05/05/2022, às 09:47, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ROGÉRIO XAVIER ROCHA, Subsecretário(a) de Administração**, em 05/05/2022, às 11:03, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Cristina Melo Santiago, Secretário(a) de Gestão e Ensino em Segurança Pública - Substituto(a)**, em 06/05/2022, às 17:11, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Antônio de Almeida Py, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno**, em 09/05/2022, às 09:54, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **BRAULIO DO CARMO VIEIRA DE MELO, Secretário(a) Adjunto(a) da Secretaria de Operações Integradas**, em 09/05/2022, às 11:40, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Tânia Maria Matos Ferreira Fogaça, Diretor(a)-Geral do Departamento Penitenciário Nacional**, em 09/05/2022, às 18:15, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO RAMIREZ LORENZO, Secretário(a)-Executivo(a) do Ministério da Justiça e Segurança Pública**, em 13/05/2022, às 18:07, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **RICARDO BORDA D'ÁGUA DE ALMEIDA BRAGA, Usuário Externo**, em 17/05/2022, às 12:32, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13



de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Andrade Costa, Diretor(a) do Departamento de Promoção de Políticas de Justiça**, em 19/05/2022, às 15:37, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Márcio Nunes de Oliveira, Usuário Externo**, em 19/05/2022, às 18:28, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS PAULO CARDOSO COELHO DA SILVA, Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública**, em 23/05/2022, às 15:58, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO GUSTAVO MAIURINO, Secretário(a) Nacional de Políticas sobre Drogas**, em 24/05/2022, às 16:04, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **DAVID DE LIMA FREITAS, Subsecretário(a) de Planejamento e Orçamento**, em 25/05/2022, às 19:42, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **17939921** e o código CRC **1C53E2F5**.
O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/aceso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.